

## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO: MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E EM GOIÁS DOS ANOS 90

---

**RESUMO** Este artigo fornece uma análise, com base em fontes primárias e secundárias, sobre as mudanças no mercado de trabalho a nível nacional e regional na década de 1990 no contexto da reestruturação produtiva sistêmica. O artigo está dividido em três partes: 1) as mudanças no mercado de trabalho no Brasil durante os anos 1990, 2) Globalização e reestruturação neoliberal de produção: tendências recentes no emprego a nível nacional, 3) a reestruturação econômica, modernização e mobilidade predatória conservadora: recentes tendências do emprego a nível regional.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho, reestruturação produtiva, globalização neoliberal.

**ABSTRACT** This article provides an analysis, based on primary and secondary sources, on the changes in the labor market at national and regional levels in the 1990s in the context of systemic productive restructuring. The article is divided into three parts: 1) Changes in the labor market in Brazil during the 90s; 2) Globalization and neoliberal restructuring of production: recent trends in employment at the national level, 3) Economic restructuring, modernization and conservative predatory mobility: recent employment trends at the regional level.

**Keywords:** Labor market, productive restructuring, neoliberal globalization.

Recebido em 06/março/2012

Aprovado em 20/junho/2012

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editor Científico: Dorival Geraldine Gomes

ISSN – 2236 1197

Edmar Aparecido de Barra e Lopes, professor adjunto na Universidade Federal de Goiás (UFG/GO) e na Universidade Estadual de Goiás (UEG/GO), doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP/SP), e-mail: ed.clio@hotmail.com.

# 1 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: TENDÊNCIAS RECENTES DO EMPREGO NO ÂMBITO NACIONAL

Nas últimas décadas, sobretudo no início dos anos 70, o capitalismo viu-se frente a um quadro crítico acentuado e, para, Antunes (1999: 35): “O entendimento dos elementos constitutivos dessa crise é de grande complexidade já que no mesmo período ocorreram transformações intensas (econômicas, sociais, políticas, culturais, ideológicas) com fortes repercussões na constituição da classe-que-vive-do-trabalho”.

Um olhar sobre a literatura especializada permite-nos perceber que, particularmente nos anos 90, um intenso processo de reestruturação técnica, organizacional e patrimonial toma de assalto o país e reorienta a rota da indústria moderna local em direção a ajustes que cortaram empregos e benefícios em seu cerne, subvertendo regras de negociação de interesses e até mesmo direitos constituídos (Castro, 1998; Almeida, 1999; Azevedo, 2000). Nesse processo os empregos escassearam, absoluta e relativamente, em um movimento depredador dos postos protegidos de trabalho que se mostravam, até então, imunes aos ciclos. Autores têm denominado a esse conjunto de mudanças pelo qualificativo de “reestruturação sistêmica”<sup>1</sup> (Fleury, 1990; Cardoso, Caruso e Castro, 1997; Cardoso, 2000; Comin e Guimarães, 2002; Guimarães, 2004).

A mudança do paradigma de emprego (fordista) implicou na desregulamentação e deterioração brutal das condições de vida e de trabalho do operariado, um dos principais denominadores comuns dos híbridos *regimes de produção* pós-fordista. De outro modo, o novo paradigma de produção em curso tem transformado, de forma diversa, vários elos das cadeias produtivas e, nestes, o perfil e as atividades de distintos grupos de trabalhadores (Leite, 1997; Rizek e Leite, 1998; Abreu et al., 1998).

Assim, nos anos 70 e, sobretudo, a partir dos 80 e 90, com a incorporação maciça de tecnologias aos processos produtivos, operou-se uma mudança na correlação de forças entre as classes sociais (Ferrer, 1998). Essas transformações no mundo do trabalho, analisadas por Antunes (1997) e Nunes e Sorria (1996) como crise do fordismo, resultam na consolidação de novas tendências trabalhistas, caracterizadas por processos de redução do número de operários (trabalhadores industriais tradicionais), aumento da terceirização, heterogeneização crescente com a ampliação do número de mulheres operárias e subproletarização, caracterizada pelas novas modalidades contratuais que implicam em empregos precários e em tempo parcial. De modo geral, a literatura especializada tem apontado para o fato de que as transformações na esfera produtiva têm afetado a composição da força de trabalho, a organização dos requisitos empregatícios e a especialização, o volume de emprego, bem como as políticas de gerenciamento para remuneração, rotatividade e relações industriais (Dupas, 2000; Carvalho, 1991; Abramo,

---

<sup>1</sup> Esses autores se referem ao caráter sistêmico da reestruturação que ocorre nos anos 90 como forma de distingui-la das mudanças que tiveram lugar nos anos 80. Assim, estas teriam um caráter mais conservador e circunscrito, uma face de simples atualização tecnológica, sendo, por isso mesmo, apenas potencialmente disruptivas, enquanto aquelas importaram em intensa reestruturação tecnológica e organizacional.

1988; Gitahy, 1994-a e 1994-b; Leite, 1994; Bresciani, 1997; Lombardi, 1997; Carrion, 1997; Carrion e Garay, 1997; Castro, 1998).

Um dos principais impactos da reestruturação produtiva na dinâmica do mercado de trabalho e no cotidiano de vida dos trabalhadores é a crise do “trabalho protegido” (Guimarães, 2004) e suas interfaces com o crescimento das atividades “informais”<sup>2</sup>, da qual falaremos a seguir. As conseqüências disso serão analisadas, a partir de um estudo empírico, no cotidiano de trabalho dos vendedores ambulantes da região central de Goiânia.

Com base em dados sobre o desemprego do Brasil metropolitano (IBGE, 1999) a partir do início dos anos 80 (quando as séries são mais consistentes), verifica-se que a dinâmica ocupacional nas metrópoles brasileiras, mais precisamente a partir de 1985, aponta uma tendência geral de crescimento deste em dois períodos distintos. Até 1990 o emprego na indústria, serviços e construção civil cresceu em torno de 20%, com destaque para este último setor, 28%. De acordo com Dupas (2000: 128):

A partir de 1990, os empregos industriais desabam (-38%), a construção civil perde 5% e só nos serviços o número cresce um pouco. Em resumo nos sete anos que seguiram à abertura do governo Collor (1991-1998), o Brasil metropolitano perdeu 4% dos seus empregos, quando havia ganho 20% nos anos anteriores.

Trata-se, ainda segundo o autor (idem, ibidem), de “uma grande alteração no mercado de trabalho brasileiro, especialmente no referido período da chamada segunda grande onda de reajustes estruturais”, evidenciada particularmente pela “dramática queda de empregos industriais e o forte crescimento de postos de trabalho nos serviços, setor em que o “informal” é mais típico”<sup>3</sup>.

A análise, nesse período, da evolução da distribuição das pessoas empregadas por tipo de ocupação nas metrópoles brasileiras evidencia a explosão do trabalho “informal” ou flexível, contribuindo para demonstrar que o ano de 1990 se caracteriza mais e mais como um momento de ruptura com o antigo paradigma do mercado de trabalho.

Nesse sentido Dupas (2000) demonstra, com base nas referidas fontes do IBGE (1999), que o número de empregos gerados com carteira assinada passa de um crescimento

---

<sup>2</sup> Segundo Maia (2007: 20) “O desemprego concentra-se em termos absolutos e relativos nos pólos mais dinâmicos do país (Tabela 2.1). Nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras estão 4,8 dos 11,4 milhões de desempregados do país em 2006 (42%) e a taxa de desemprego é de 5 pontos percentuais superior às das demais localidades do país (15% contra 10%). Concentração extrema ocorre no estado de São Paulo onde, com 2,9 milhões de desempregados em 2006, estavam 28% dos desempregados do país. Além de ser o estado mais dinâmico e populoso (41,2 milhões de habitantes em 2006 ou 22% da população brasileira), São Paulo apresenta também a maior taxa de desemprego em relação às grandes regiões (13% em 2006). Em São Paulo, o desemprego é elevado tanto na sua principal região metropolitana (15% em 2006) quanto nas demais localidades (11% em 2006). Entretanto, a situação mais grave ocorre nas regiões metropolitanas nordestinas, onde a taxa de desemprego corresponde a praticamente um quinto da população economicamente ativa e reflete o alto índice de pobreza e exclusão de sua população”.

<sup>3</sup> Segundo Dupas (2000: 128): “essas conclusões devem ser relativizadas pela tendência recente de deslocamento de atividades industriais das regiões metropolitanas para cidades menores, visando condições sindicais e de salários mais favoráveis ao empregador. Ainda assim, a tendência geral e as conclusões básicas se mantêm”.

de 23% (1986-1990) para uma queda de 27% (1991-1998). Enquanto isso, os trabalhadores sem carteira saem de uma modesta ascensão de 5% (1986-1990) para 30% (1991-1998).

Esse movimento significou, nos últimos sete anos, uma perda de 2,1 milhões de postos de trabalho no setor “formal” e um ganho de 1,6 milhões de postos no setor “informal”, sendo que o chamado “informal por conta própria”<sup>4</sup> teve nível recorde de crescimento nos dois períodos considerados, sempre em processo de aceleração. Isso demonstra, também, que ao longo do “total do intervalo analisado, os trabalhadores com carteira perderam 4% dos postos, enquanto os sem carteira ganharam 35% e os “por conta própria” saltaram 61% acima do nível que apresentavam em 1985” (Dupas, 2000: 128).

Sobre o avanço recorde e o papel da categoria “informal por conta própria” no mercado de trabalho, Dedecca e Baltar (1997: 74-75), argumentam que:

A nova dinâmica econômica (caracterizada pela reestruturação produtiva) estimula o aumento do setor “informal”, seja ao forçá-lo a incorporar assalariados desempregados de baixa qualificação em atividades precárias (comércio ambulante, serviços domésticos, etc.), seja ao promover a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de assalariados de melhor qualificação que perderam seus empregos. Estes trabalhadores têm como objetivo fornecer seus bens ou serviços ao setor organizado ou desenvolver serviços para atender ao novo estilo de vida que vai emergindo nas grandes cidades (alimentação fora de casa, assistência técnica em informática, etc.).

De outro modo, trata-se de um fenômeno que necessita ser mais bem investigado, a começar por uma profunda revisão da categoria “informal” à luz das atuais transformações que o sistema capitalista atravessa. De qualquer forma, após vários anos com percentuais de trabalho formal e “informal” em um patamar razoavelmente estável, a partir dos anos 90 as curvas se invertem rapidamente. Formas de emprego “não protegido” avançam continuamente sobre o trabalho formal, caracterizando um processo de “mobilidade predatória”: o setor “informal” já representava, em 1998, 54% da mão-de-obra metropolitana (Guimarães, 2004).

Em suma, esses fenômenos que fazem parte da mudança do paradigma do emprego no Brasil na pós-abertura dos anos 90 acarretam importantes conseqüências sociais, sendo os indivíduos responsáveis pela criação e estabilidade de seu emprego, além da assistência médica e aposentadoria, como já ressaltado anteriormente.

Somado a tudo isto, o setor “informal” padece de uma relação muito mal resolvida com o Estado. Ao mesmo tempo em que as autoridades vêm “nesse setor uma “solução” para a questão do emprego, tratam-no freqüentemente como marginal, já que nosso sistema tributário o encara – muitas vezes justificadamente – como agente de evasão fiscal” (Dupas, 2000: 138).

---

<sup>4</sup>Nessa categoria de trabalhadores se incluem, entre outros, os ambulantes “clandestinos” do centro histórico planejado de Goiânia, objeto desta pesquisa.

## 2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MOBILIDADE PREDATÓRIA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: TENDÊNCIAS RECENTES DO EMPREGO NO ÂMBITO REGIONAL

Associado ao que caracterizamos como reestruturação produtiva, outros três processos devem ser brevemente explorados para o bom entendimento de suas conseqüências para a cultura do trabalho livre e protegido no Brasil, particularmente em Goiás<sup>5</sup>.

O primeiro processo é a forte incorporação de mulheres ao mercado de trabalho a partir de 1990, o que significa um crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina, em relação aos homens, de 32,5% no período de 1985 a 1996. Nesse sentido, a literatura brasileira que trata do assunto tem frisado a existência de novas tendências empregatícias no Brasil, a partir de cuidadosas análises das pesquisas por amostragem (Abreu, Jorge e Sorj, 1994; Lavinias, 1997; Lavinias, 1998-a e 1998-b, dentre outros). Tais tendências, que já começavam a se delinear no final dos anos 70, consolidaram-se entre os anos 80 e 90.

O segundo é o eventual aumento do número de jovens que se dispôs a trabalhar, fazendo com que o crescimento da PEA fosse superior ao da população.

O terceiro e último processo diz respeito à nova dinâmica da população brasileira no período correspondente às referidas duas ondas de ajustes estruturais, direcionando-a a uma imensa urbanização, como mostram os dados dos censos de 1980, 1991 e 1996<sup>6</sup>. Guimarães (2004) esclarece que a convivência desses três fatores com a fase de caráter mais sistêmico que marcou o processo de reestruturação na década de 90 tende, em geral, a reforçar trajetórias de mobilidade predatória em diferentes mercados de trabalho regionais do mesmo período.

Em Goiás, particularmente no sudoeste goiano<sup>7</sup>, tais trajetórias ganharam um caráter particularmente dramático, já que nessa região as conseqüências socioeconômicas

---

<sup>5</sup> A referência a tais processos é fundamental, nesse âmbito, para uma posterior melhor compreensão/problematização do crescimento do número de trabalhadores ambulantes na região central de Goiânia a partir de meados da década de 80.

<sup>6</sup> Segundo Dupas (2000), isso é o resultado da mudança do padrão tecnológico no campo e da nova dinâmica populacional nos últimos cinquenta anos. O autor explica que os três processos colaboraram para que as cidades brasileiras passassem, no período considerado, de 12 milhões para 130 milhões de pessoas, constituindo-se em um dos mais maciços processos de deslocamento populacional da história mundial. Ressalta que esse processo deu origem aos cinturões de pobreza urbanos, especialmente metropolitanos, formando um imenso estoque de reserva de mão-de-obra não-qualificada, mal acomodada no subemprego que se aprofunda com a difusão do novo paradigma de produção.

<sup>7</sup> Autores como Miranda (1990) e Aguiar (1986) colocam em evidência o fato de que a região do Estado de Goiás que sofreu mais intensamente os efeitos socioeconômicos do novo padrão de acumulação na agropecuária foi o sudoeste goiano, que apresentava condições locais favoráveis tais como a proximidade geográfica com os mercados do Centro-Sul, a tradição na atividade agropecuária com a presença dos latifúndios e de uma elite agrária voltada para a absorção das inovações e o pouco adensamento populacional no campo, facilitando o processo de incorporação das terras, praticamente sem que houvesse resistência por parte dos pequenos e médios produtores rurais.

desses processos se fizeram sentir com especial relevância, já que foram agravadas pela “modernização conservadora”<sup>8</sup>.

Autores como Alentejano (1996), Thomaz Jr. (1998) e Aguiar (1986) convergem na análise de que no Brasil e, particularmente, em Goiás, houve um esforço na concentração de terras mediante a expulsão forçada de milhares de famílias de pequenos produtores rurais, que seguiram em direção às cidades<sup>9</sup>. Os “territórios deixados” foram apropriados pelos grandes empresários rurais, os novos ricos, que passaram a reordenar o espaço econômico e político da região.

Uma das principais conseqüências sociais desse processo foi a expulsão de milhares de famílias de pequenos produtores, que atualmente vivem precariamente nas áreas de fronteira ou nos centros urbanos atendendo, nesse caso, às demandas colocadas pelo mercado, que exige mão-de-obra não-qualificada e apropria-se do trabalho desses sujeitos, mantendo-os como um exército de trabalhadores intensamente precário<sup>10</sup>.

Verifica-se, pois, um processo de forte êxodo rural, especialmente no sudoeste goiano, concomitante a um inchaço do setor terciário, ocasionando uma forte concentração da população em áreas urbanas. Devido a isso, o Estado sai de uma fase eminentemente agropastoril para uma economia de predominância agro-mercantil<sup>11</sup>. De acordo com Albuquerque (1960), os efeitos dessa nova dinâmica da organização do espaço geográfico regional, alimentada pelos supracitados processos e expressa, sobretudo, através da expansão e da modernização do setor agropecuário, participaram intensamente nas transformações da distribuição espacial, da evolução, da estrutura e da mobilidade populacional.

### **3 A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO REGIONAL DOS ANOS 1990: PANORAMA GERAL DA OCUPAÇÃO EM GOIÁS - CENSO 2000**

Os dados do Censo 2000 demonstram que a população total do Brasil soma 169.799.170 pessoas, das quais 2,49% vivem em Goiás. Registra, também, que a

---

<sup>8</sup> Thomaz Jr. (1998: 5), qualifica a modernização conservadora “como algo capaz de conservar inalterado o espectro de desigualdades, sobretudo a concentração fundiária, não se associando sequer aos princípios das políticas compensatórias distributivas, como também extremamente seletiva, tendo em vista que a apropriação não é realizada por todos, mas apenas por uma minoria”.

<sup>9</sup> Um forte indicativo desse processo é revelado pelos indicadores da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE, 2005) em Goiás. Estes demonstram que a expansão do emprego formal em Goiânia, entre 1990 e 2000, registrou uma ampliação de 22,13%, contra um crescimento de 101,17% no interior do estado.

<sup>10</sup> Thomaz Jr. (1998) argumenta que o crescimento desordenado das cidades e o aparecimento de vários municípios evidenciam o processo de urbanização da população goiana, decorrente da “modernização conservadora” e do apoio explícito do governo de Goiás, através de políticas assistencialistas tais como: distribuição de cestas básicas, distribuição de leite e pão, vale gás etc. Tudo isso, esclarece o autor, viabilizou a manutenção das elites agrárias “modernas” no poder, que incentivaram as migrações campo-cidade, facilitando o modelo agro-exportador adotado e, conseqüentemente, aliviando as tensões sociais no campo e assegurando mão-de-obra barata para o empresariado rural e urbano. Processo que responde, assim, à necessidade do capital de repor os níveis de expansão e acumulação anteriores, tanto no campo como na cidade.

<sup>11</sup> A economia agropastoril em Goiás contribuía com mais de 70% do PIB do Estado em 1939. Essa participação caiu para 20% em 1982 (Informativo/Seplan-1988).

população feminina em tal região é ligeiramente superior à masculina, assim como no restante do país, onde 49,22% dos habitantes são homens e, no já citado estado, essa porcentagem é de 49,82% contra 50,78% de mulheres (DIEESE-GO, 2003).

Percebe-se também que, semelhantemente ao que acontece em todo o país, a maioria da população de Goiás se definiu como branca: 51,31%. Os pretos correspondem nacionalmente a 6,13% e, no estado, a 4,17%. Já o percentual de pardos, ou os que assim se declaram, é superior no estado, 43,42%, contra 38,88% no país. De outro lado, aqueles que se dizem índios e amarelos correspondem a menos de 1% em ambas as regiões.

Já no que diz respeito à “ocupação, taxa de desemprego e rendimento nominal mensal”, encontram-se no mercado de trabalho como ocupados ou desempregados e fazem parte da população economicamente ativa cerca de 45% dos brasileiros, segundo o Censo 2000. 15,04% da PEA formam o contingente de desempregados, que é 12,23% no estado, o menor verificado nacionalmente segundo elaboração do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Escritório Regional de Goiás, doravante DIESSE-GO. Essa pesquisa (2003: 8) ressalta que:

Os dados do Censo 2000 chamam a atenção para a manutenção, no país e em Goiás, de um quadro de péssima distribuição dos rendimentos. Pouco mais de 20% da população têm rendimentos de até 1 salário mínimo e mais da metade só consegue receber no máximo 3 salários mínimos. Em contrapartida, não chega a 10% o percentual daqueles que ganham mais de 10 salários mínimos.

No Brasil, 21,88% dos ocupados encontram-se entre os que conseguem ganhar até, no máximo, um salário mínimo, enquanto o percentual dos que recebem até três salários chega a 58,71%. A pesquisa destaca que “em Goiás, estas parcelas são proporcionalmente maiores: 23,69% dos ocupados ganham até 1 salário mínimo e 66,79% encontram-se entre os que usufruem até 3 salários” (DIEESE-GO, 2003: 8).

Assim, percebemos que o total de pessoas com menores rendimentos em Goiás é maior que o encontrado nacionalmente. Por outro lado, “também é proporcionalmente maior (ligeiramente) o total daqueles que ganham mais de 20 salários mínimos: 2,49% em Goiás, contra 2,37%, no Brasil” (idem, *ibidem*). Em resumo, tanto no país quanto em Goiás é maior a concentração de ocupados que ganham entre um e dois salários mínimos: 24,66% do total, nacionalmente, e 30,59% em Goiás. Logo a seguir seguem os dados sobre “ocupados por posição na ocupação e categoria do emprego”.

Segundo o Censo 2000, a maior parcela dos ocupados brasileiros, 36,98% do total, é constituída por assalariados com carteira de trabalho assinada. Além disso, é elevada a participação de trabalhadores que, embora empregados, não contam com o vínculo formal, 24,31%. Também é expressivo, nacionalmente, o percentual daqueles que trabalham por conta própria, 22,36%. De acordo com a referida pesquisa DIEESE-GO (2003: 10):

São (ou eram)<sup>12</sup> muito semelhantes em Goiás as parcelas de assalariados com carteira (31,65% do total dos ocupados) e daqueles que não dispõem de vínculo formal (31,65% dos ocupados). Já os por conta própria constituem (iam) 22,07% dos ocupados – 19,87 da PEA estadual.

Quanto à “distribuição de ocupados por faixa de jornada de trabalho”, a pesquisa confirma um dado já conhecido, 76,71% destes exercem suas funções profissionais por mais de 40 horas semanais, o que é lamentável, principalmente se considerarmos que uma das formas para baixar os altos índices de desemprego no país seria sua diminuição. Já no que diz respeito a maior concentração de trabalhadores, a maior faixa trabalha entre 40 e 44 horas, o que corresponde a 33,59% do total nacional.

A pesquisa DIEESE-GO (2003: 11) prossegue afirmando que “em Goiás, o percentual de trabalhadores que cumpre até o limite da jornada legal é menor que a encontrada nacionalmente, correspondendo a praticamente metade do total de ocupados, 49,99% dos trabalhadores”. É interessante notar, inclusive para uma melhor compreensão sobre os números da informalidade em Goiânia, que:

Existe um elevado percentual de trabalhadores que exercem suas atividades por 49 horas semanais ou mais, 30,77% dos ocupados. Fato que pode estar relacionado à maior proporção, em Goiás, de trabalhadores sem carteira assinada do que a encontrada nacionalmente. (DIEESE-GO, 2003: 11)

Ao analisarmos a “distribuição da ocupação por setor de atividade”, a mesma fonte revela que, em Goiás, o comércio é o maior empregador, respondendo por 18,70% dos postos. A agropecuária ocupa 14,70% e a indústria 13,34% do total dos trabalhadores. A construção emprega 7,78% no estado, a administração pública e a seguridade social ocupam 6,73% e a intermediação financeira e as atividades imobiliárias ficam com 5,78% do total de ocupados, registra a pesquisa DIEESE-GO (2003: 12) supracitada. Assim, podemos concluir que agropecuária, comércio e indústria são os setores de atividade que mais reúnem trabalhadores, tanto em Goiás quanto no país como um todo, registrando pequenas diferenças proporcionais.

Devemos, entretanto, relativizar um pouco esses dados, pois, com o avanço da reestruturação produtiva a partir da década de 90, esses setores estão cada vez mais imbricados e muitos trabalhadores continuam ligados indiretamente a eles através do avanço de formas precárias de trabalho.

---

<sup>12</sup> Esta pequena nota vem no sentido de ressaltar que tais números sobre a dinâmica do mercado de trabalho em Goiás são sintomáticos das conseqüências do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva no mundo do trabalho ao longo da década de 90. Podem ser ainda muito mais dramáticos, já que mais de meia década se passou após a realização da pesquisa (Censo 2000) e a precarização do mundo do trabalho segue em ritmo forte e é exemplificada, por exemplo, pela explosão da informalidade e da flexibilização das relações de trabalho.

#### 4 EMPREGO FORMAL NO BRASIL E NA REGIÃO CENTRO-OESTE

De acordo com dados da RAIS/MTE (2005) algumas conclusões podem ser tiradas sobre a evolução do mercado de trabalho formal nos anos 90. A primeira é a de que as regiões do país que passaram pela expansão econômica mais recente, como a Norte e a Centro-Oeste, foram as que registraram maior expansão deste:

Em Goiás o patamar manteve-se semelhante ao do Centro-Oeste (17,54%). [...] A forte geração de empregos na região Centro-Oeste<sup>13</sup> no período fez com que crescesse sua participação em relação ao total de postos de trabalho no país. Assim em 1990, a região detinha 5,97% das ocupações existentes, em 2000 passou a ter 7,97% do mercado formal brasileiro. (DIEESE-GO, 2003: 13)

Essa dinâmica particular da região Centro-Oeste pode estar ligada a algumas transformações sofridas nas últimas décadas e que tiveram conseqüências para a estrutura produtiva e ocupacional. Nesse sentido, é importante ressaltar que os incentivos governamentais na década de 70 para a ocupação da região refletiram em expressivos fluxos migratórios e em grandes empreendimentos agropecuários.

A década de 80 caracterizou-se pela integração da região na economia nacional como área produtora de bens agrícolas para exportação. Já na década de 90 observa-se, de acordo com Almeida et al. (2002: 16-17):

o esgotamento da absorção de trabalhadores nas atividades agro-pecuárias, causado tanto pelo fechamento da fronteira agrícola quanto pela desruralização<sup>14</sup> progressiva por que vem passando o Centro-Oeste, a possibilidade de trabalho passou a se encontrar cada vez mais em atividades ligadas ao setor de serviços e comércio, que cresceu devido à expansão das agroindústrias.

Uma conseqüência interessante do referido processo é a participação dos migrantes no total de desocupados, que volta a crescer em 1999, quando atinge 23,3%, apontando um recrudescimento de quatro pontos percentuais.

Esse dado é considerável, pois ajuda a explicar algumas variáveis sobre o crescimento da informalidade no centro da cidade de Goiânia no mesmo período, inclusive o grande número de migrantes presentes nesse mercado de trabalho, no contexto geral da década de 90, caracterizada pelo aumento da População Economicamente Ativa (PEA) em relação à expansão das ocupações, pela intensificação da precarização da inserção ocupacional e pela desvalorização dos salários.

Prosseguindo no propósito de perceber a dinâmica do mercado formal de trabalho na década de 90, particularmente em Goiás, é importante ressaltar a distribuição das novas vagas geradas. Nesse sentido, analisando o “Emprego por região em Goiás”, o DIEESE-

<sup>13</sup> “Mato-Grosso, 58,18%; Goiás, 52,71% e Distrito Federal, 50,05%” (DIEESE-GO, 2003: 13).

<sup>14</sup> “Desde os anos 70 que o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto. A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios” (Abramovay, 1998: 55).

GO (2003: 15), ressalta: “do total de vagas geradas na década de 90, 74,26% delas situaram-se no interior e 25,74% na capital goiana”.

Os indicadores da RAIS/MTE (2005) em Goiás mostram que o emprego formal cresceu 52,71% entre 1990 e 2000. Entretanto, a expansão foi mais significativa no interior do Estado, aonde o total de vagas chegou a dobrar no período. Ao longo da década, as vagas fora da capital cresceram 101,17%, enquanto que em Goiânia a expansão foi de apenas 22,13%.

No que concerne à relação entre “emprego formal” e “gênero”, o aumento das taxas de desemprego no Brasil vem sendo mais claramente percebido desde a década de 80, a denominada década perdida, mas é a partir dos 90 que elas crescem ainda mais acentuadamente, sobretudo em virtude da ampliação da insegurança e da precariedade do trabalho no contexto da mundialização do capital e da reestruturação produtiva, particularmente no contexto das políticas públicas liberalizantes de abertura comercial, que ampliaram ainda mais a problemática do desemprego no Brasil. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que “a leitura dos dados estatísticos sobre desemprego revelam um forte traço em termos de gênero. Quase sempre e por todo lugar no Brasil, as taxas de desemprego feminino são mais altas que as taxas de desemprego masculino” (Vargas, 2006: 2).

Para confirmar essa leitura, o DIEESE-GO (2003: 17) constata que:

o mercado formal de trabalho, em Goiás, é marcado pela predominância de ocupados do sexo masculino, quadro que apresentou pouca mudança entre 1990 e 2000 [...]. Assim, em 1990, os ocupados em Goiás eram constituídos por 61,50% de homens e 38,50% de mulheres. Em 2000, observa-se um pequeno aumento da participação feminina, pois 60,82% das vagas são destinadas a homens e 39,18% às mulheres.

Assim, em relação a expansão das vagas agregadas ao estoque de emprego formal na década de 90, 59,52% foram ocupadas pelos homens e 48,48% pelas mulheres.

Trata-se de um dado importante para compreendermos melhor a forte presença de mulheres na informalidade. Segundo *survey* realizado por Lopes (2007: 12) entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007, “constata-se um percentual de 54,7% de pessoas do sexo masculino para um percentual de 45,3% do sexo feminino”.

Segundo Vargas (2006: 23), embora

as mulheres cada vez mais assumam - junto com os homens ou mesmo sozinhas - o papel de provedoras, pode resumir que esse papel social é muito mais forte na constituição da identidade de gênero masculino, o que faz com que as taxas de participação dos homens na população economicamente ativa sejam mais altas que as femininas.

Assim, ressalta o autor (*idem, ibidem*), as “relações de gênero, ao estruturarem de forma diferencial os papéis e responsabilidades masculinos e femininos, contribuem decisivamente para que o desemprego aberto feminino seja mais alto que o masculino”.

Sobre o item “ocupação formal por faixa etária”, a referida pesquisa do DIEESE-GO (2003) ressalta o fato de que a população que se encontra no mercado formal de trabalho, em Goiás, está se tornando cada vez mais velha. É nesse sentido que a análise da distribuição dos ocupados permite perceber que “quase um terço dos trabalhadores formais do estado (30,29%) situam-se na faixa etária entre 30 e 39, enquanto quase um quinto dos empregados têm idade entre 18 e 24 anos (20,33%) e outro quinto, estão na faixa de 40 a 49 anos (20,27%)” (DIEESE-GO, 2003: 19).

Em que pese o comportamento das faixas etárias extremas, o maior contingente de ocupados está entre os que se encontram nos intervalos de 30 a 39 anos (201.063 trabalhadores em 2000); de 18 a 24 anos, que contava com 134.983 pessoas; e de 40 a 49 anos, com 134.596. A mesma pesquisa (2003: 19) ressalta ainda que: “foram, justamente, nas faixas etárias que reúnem os trabalhadores com mais de 40 anos que, proporcionalmente, mais cresceram os percentuais de ocupados: de 50 a 64 anos, aumentou 78,52%; e acima de 65 anos o crescimento foi de 62,37%”<sup>15</sup>.

Esclarece, também, que uma série de elementos contribui para a expansão do trabalho formal entre os mais velhos, entre eles o envelhecimento da população, a necessidade de permanência por mais tempo no mercado devido aos baixos valores das aposentadorias e a exigência, por parte das empresas, de maior experiência profissional.

Observa-se, pois, certa descontinuidade demográfica na pirâmide etária ocupacional com efeitos sobre o mercado de trabalho formal, principalmente a dificuldade de inserção ocupacional dos jovens. Segundo Lopes (2007: 12), esse quadro facilita a compreensão do expressivo número de jovens na informalidade, sendo 17,7% do total pertencente à faixa etária compreendida entre 12 e 19 anos, seguida pela de 20 a 29 anos, 22,6%.

Quanto à relação entre “emprego formal e grau de instrução”, diferentes estudiosos (historiadores, sociólogos, economistas, demógrafos e outros) têm discutido o problema do desemprego. Embora suas análises se diferenciem em muitos pontos, pode-se dizer que cada vez mais indicam que boa parte do problema é atribuída a dois processos econômicos simultâneos e associados, a modernização produtiva e a globalização. Assim, a conclusão cada vez mais aceita entre os especialistas é a de que a oferta de empregos mudou de qualidade.

Nesse sentido, Alves e Soares (1996: 7) afirmam que “pelo menos nos setores mais modernos e dinâmicos, exige-se agora que o trabalhador tenha determinadas habilidades que somente a educação de caráter geral é capaz de preencher”. A partir das inovações tecnológicas e organizacionais ampliou-se o consenso em torno da idéia de que ter um nível educacional mais elevado é pré-requisito para que os trabalhadores estejam aptos a lidar com essa nova realidade.

De acordo com os dados da RAIS/MTE (2005), verifica-se um declínio da demanda por trabalhadores com escolaridade menor que a 8ª série incompleta, particularmente para os analfabetos (-7,41%). Além disso, assinalam que o estoque de

---

<sup>15</sup> “Apenas entre as crianças com idade entre 10 e 14 anos houve recuo no total de ocupados, fruto da restrição legal ao trabalho, mesmo como aprendiz, de menores de 16 anos” (DIEESE-GO, 2003: 19).

assalariados com ensino fundamental completo aumentou, principalmente se considerarmos a exigência da existência de ensino médio completo (+12,27%), superior completo (9,63%) e superior incompleto (+9,29%) para ambos os sexos. Cabe ressaltar, ainda, a geração de empregos para as mulheres com grau de instrução superior completo (268,3 mil contra 173,4 mil para os homens) e dos homens com ensino médio completo (725,9 mil versus 488,6 mil para as mulheres).

Os dados dessa recente pesquisa da RAIS/MTE (2005) confirmam nacionalmente o que a pesquisa DIEESE-GO (2003: 20), com base em dados de pesquisa anterior (1990-2000), já afirmava para a realidade do mercado de trabalho formal de Goiás em 2000, ou seja, “o mercado de trabalho formal goiano vem exigindo que os ocupados tenham, no mínimo, oito anos de estudo”. A mesma pesquisa detalha que, “em termos percentuais, a distribuição das vagas agregadas na década de 90, por grau de instrução, implicou o crescimento de 27,43%, para segundo grau incompleto, 20,33% para o superior completo e 16,96% para a 8ª série completa” (idem: 21).

Esse quadro de dados tem um reflexo direto nos números derivados da pesquisa (Lopes, 2007) sobre o grau de instrução dos trabalhadores ambulantes. Se, por um lado, o mercado de trabalho formal do estado de Goiás, a exemplo do ocorre no país, se torna cada vez mais repelente à inserção daqueles com baixíssima escolaridade, por outro e, até mesmo como consequência desse processo, a presença dos com ensino fundamental incompleto já chega à casa dos 21,2%.

Entretanto, é preciso ressaltar que a escolaridade é uma variante positiva de inserção ocupacional no mercado de trabalho protegido, mas não sua garantia. É nesse sentido que os resultados da pesquisa de Lopes (2007) chamam a atenção para a presença, nessa área do mercado de trabalho informal de Goiânia, para o fato de que 32,3% do total absoluto desses trabalhadores ambulantes terem ensino médio completo e 10,2% ensino superior incompleto.

Ao considerar o “emprego formal por setores e sub-setores de atividades”, a pesquisa DIEESE-GO (2003) destaca, ainda, que no período 1990-2000, em Goiás, a administração pública perdeu importância no que se refere à capacidade de geração de emprego, sendo substituída pelo setor de serviços, que passou a liderar a dinâmica da absorção de mão-de-obra no estado em 2000. O comércio, que ocupava a terceira posição na capacidade de absorção de mão-de-obra, perdeu posição para a indústria de transformação, passando para a quarta colocação. Por outro lado, a construção civil perdeu dinamismo para o setor agropecuário, colocando-se na última posição. Assim, temos que:

Das novas vagas agregadas ao mercado de trabalho goiano ao longo dos anos 90 foram, sua maior parte, nos serviços (30,96%), vindo a seguir a indústria de transformação (21,49%), a administração pública (18,58%), a agropecuária (15,62%) e o comércio (14,08%). (DIEESE-GO, 2003: 25)

Novamente percebemos os reflexos desse aspecto da dinâmica do mercado de trabalho formal na década de 90 em Goiás, presentes na configuração de mais algumas

características da informalidade do centro de Goiânia, quando Lopes (2007: 46) nos chama a atenção para o *survey* no qual constata que:

O maior quantitativo de trabalhadores (35,7%), hoje na informalidade na região central da cidade vêm do comércio formal – confirmando péssimo desempenho desse setor na geração de novas vagas no mercado formal de trabalho do Estado de Goiás;) 34,3%, vêm do setor de serviços – fato que pode estar associado com a modernização e reestruturação deste setor e a conseqüente necessidade de trabalhadores mais qualificados bem como maior intensificação do processo de informalização visando redução de custos produtivos.

Esses dados, além de reforçarem a pesquisa DIEESE-GO (2003), atentam para o quanto é importante uma análise do mercado de trabalho informal em Goiânia que considere, também, a dinâmica do mercado de trabalho formal.

## **5 OCUPAÇÃO E DESEMPREGO EM GOIÁS – PNAD (1992-2001)**

Trabalhando com o pressuposto, já ricamente fundamentado na revisão bibliográfica desta pesquisa, segundo o qual a compreensão da dinâmica da informalidade é um processo que não pode prescindir da análise do setor formal, procuraremos traçar o panorama geral da ocupação e do desemprego existente hoje no mercado de trabalho em Goiás. Trata-se de um exercício fundamental para uma posterior melhor compreensão dessa nova dinâmica.

Ao colocarmos em foco o item “ocupação e desemprego em Goiás” é possível perceber que, de acordo com dados da pesquisa do DIEESE-GO (2003), elaborada a partir de pesquisa do IBGE-PNAD no período de 1992 a 2001, a População em Idade Ativa (PIA) de Goiás cresceu 29,43%, passando de 3.214.632 pessoas para 4.160.648. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em cada um dos anos, o aumento concentrou-se na população urbana, uma vez que houve queda do PIA rural<sup>16</sup> em conseqüência da migração do campo para a cidade ocorrida no período. Desse modo, se os que estavam em idade ativa nas cidades de Goiás correspondiam a 78,6% em 1992, chegaram a representar 87,5% em 2001. É importante ressaltar que “no mesmo intervalo de tempo, a população feminina (33,61%) cresceu mais que a masculina (25,27%)” (DIEESE-GO, 2003: 27). Além disso, em 1992 os homens correspondiam a 50,2% da PIA, enquanto as mulheres representavam 49,8%. Em 2001, a população masculina totalizou 48,6% da PIA total e a feminina chegou a 51,4% do total (*idem*).

Quanto à migração do campo para a cidade verificada entre os dois períodos analisados, averigua-se que foi equivalente para homens e mulheres, ou seja, em 1992, 2.228.083 para eles e 1.299.443 para elas com dez anos ou mais viviam nas cidades, enquanto 384.582 homens e 302.524 mulheres mantinham-se nas áreas rurais de Goiás. Em 2001, do total masculino apresentado na PIA, 41,7% residiam nas cidades e 6,9% na

---

<sup>16</sup> Em 1992 o PIA rural correspondia a 21,4% do total do estado, em 2001 o PIA rural passou a corresponder a apenas 12,5% do estado.

área rural e, do feminino, 45,8% residiam em áreas urbanas e 5,6% no campo (DIEESE-GO, 2003: 28). A mesma fonte, ao analisar o PEA e PIA “por situação de domicílio e sexo”, ressalta:

A parcela da PIA de Goiás que participa do mercado de trabalho como ocupada ou desempregada, correspondia - em 1992 - a 65,7% do total da População Economicamente Ativa (PEA) e caracterizada por uma população que vive predominantemente nas cidades. Na mesma época, 62,32% da PEA total era constituída por homens quanto às mulheres representavam apenas 37,68%. (idem, ibidem)

A mesma pesquisa, apurou, através da PNAD, um quadro ainda mais urbano da PEA no estado, bem como um expressivo crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Entre 1992 e 2001, registrou um aumento de 23,75%, e as maiores parcelas localizavam-se nas cidades e eram constituídas por populações femininas. É importante ressaltar que a PEA urbana registrou uma ampliação de 42,94% no período citado, passando a representar 86,02% do total estadual, enquanto a PEA rural teve uma expansão modesta de 13,96%, demonstrando queda de cerca de 32,3% desta no campo no período em questão.

Entre 1992 e 2001, o número de homens que se incorporaram EA representou um crescimento de 17%. No caso do sexo feminino, a ampliação foi bem mais expressiva (34,88%). Este comportamento reflete a tendência mundial de aumento da participação feminina no mercado de trabalho, tanto pela necessidade de compor a renda familiar (pela queda nos rendimentos do conjuge ou por seu desemprego) como pela opção da mulher por realização profissional fora do ambiente doméstico. A entrada feminina no mercado de trabalho é característica urbana. Se em 1992, 38,48% da PEA urbana era constituída por mulheres, em 2001 esta parcela passou para 42,17%. (DIEESE-GO, 2003: 29)<sup>17</sup>

No que concerne à população inativa em Goiás, a mesma pesquisa (2003) atenta para um crescimento de 40,29% entre 1992 e 2001, sendo o aumento mais significativo nas áreas urbanas (45,64%) no período.

Ao considerarmos, a partir dessa base de dados, a “distribuição de ocupados e desempregados por sexo e situação de domicílio”, percebemos que, entre 1992 e 2001, o total de ocupados em Goiás teve crescimento de 21,07%. Por outro lado, a variação entre os desempregados foi bem mais significativa – sua ampliação chegou a 65,68%. Novamente, é importante salientar que essa expansão no total de ocupados foi muito mais intensa entre as mulheres. Enquanto entre 1991 e 2001 os novos postos de trabalho ocupados por homens cresceram 15,06%, o número de vagas ocupadas por elas representou um incremento de 31,26%. Tal ingresso da população feminina no mercado de trabalho fez com que, nesses dez anos, o percentual de homens ocupados, que era de

---

<sup>17</sup> “No campo, ainda que a força de trabalho como um todo tenha diminuído, a participação feminina teve um recuo maior, pois sua participação na PEA rural caiu de 35,36%, em 1992 para 34,33%, em 2001, enquanto a masculina aumentou de 64,64% para 65,67%, quando a comparação é feita apenas com a PEA rural” (DIEESE-GO, 2003: 29).

62,9%, se reduzisse para 59,8%, ao mesmo tempo em que aumentou a parcela referente às mulheres – de 37,1% para 40,2% (DIEESE-GO, 2003: 30).

Cabe ressaltar, particularmente para uma melhor compreensão da nova dinâmica dessa informalidade a partir do início da década de 90, que:

A forte entrada da mulher no mercado de trabalho também fez com que o crescimento relativo das mulheres no contingente de desempregados fosse mais intenso que o dos homens. Para o sexo masculino, o desemprego elevou-se em 53,49%. No caso das mulheres o aumento atingiu 79,14%. (DIEESE-GO, 2003: 31)

É também de fundamental importância para esta pesquisa o cálculo da PNAD segundo o qual, entre 1992 e 2001, foi registrado um incremento de 33,33% da taxa de desemprego em relação à PEA (idem).

Quando ressalta a “distribuição de ocupados por faixa de rendimentos”, a pesquisa citada mostra também que a distribuição dos rendimentos em Goiás, assim como em todo o país, não teve alteração significativa entre 1992 e 2001 e manteve a concentração em faixas de renda mais baixas nos dois períodos<sup>18</sup>.

Entre 1992 e 2001 a maior parte dos trabalhadores encontra-se entre aqueles que recebem até três salários mínimos, o que soma 69,53% do total em 1992 e 71,9% em 2001. As mulheres estão em menor número entre os ocupados, 37,1% e 40,2%, respectivamente, em 1992 e 2001, e são minoria em quase todas as classes de renda, exceto entre as pessoas que, embora ocupadas, nada recebem e as que ganham até meio salário mínimo, fortes indicativos da precariedade da inserção feminina no mercado de trabalho (DIEESE-GO, 2003).

A pesquisa revela, também, que houve diminuição, em 2001, do total de homens e mulheres sem rendimento: 37,72% e 40,93%, respectivamente. Para os ocupados que ganham até meio salário mínimo foi intensa a redução dos homens que se encontravam nessa situação, 51,23% entre 1992 e 2001. Entre as mulheres, porém, a diminuição foi muito menor, 13,06%. No topo da distribuição de rendimentos, com ganhos superiores a dez salários mínimos encontravam-se, em 1992, 2,7% dos trabalhadores, ou seja, 53.008 goianos de um total de 5.003.228. É importante ressaltar que os homens faziam parte da grande maioria, 43.857, enquanto as mulheres somavam apenas 9.151 pessoas nesse patamar de vencimentos. Em 2001, 4,0% dos ocupados encontravam-se no mesmo patamar e o sexo masculino continuava a ser a ampla maioria: 75.181 contra 19.603 do sexo feminino (DIEESE-GO, 2003).

Quanto à “distribuição dos ocupados por escolaridade e sexo”, uma exploração analítica dos dados do PNAD entre 1992 e 2001 confirma a tendência segundo a qual o mercado de trabalho exige, cada vez mais, pessoas preparadas para ocuparem as vagas existentes. Nesse sentido o DIEESE-GO (2003: 33) afirma que

---

<sup>18</sup> “Mesmo assim, quando se comparam os dois períodos percebe-se que houve diminuição no percentual de pessoas com ganhos de no máximo um salário mínimo, ao passo que ocorreram pequenos avanços nas faixas que se declaram sem rendimentos, ainda que ocupadas” (DIEESE-GO, 2003: 31).

[h]ouve redução do percentual de ocupados sem qualquer instrução formal e abaixo de um ano de estudo. Em 1992, 15,6% dos ocupados estavam nesta situação e em 2001, apenas 9,8% dos que estavam trabalhando eram analfabetos ou tinham apenas um ano de estudo. Em outras palavras, houve uma queda de 24,30%, no total de trabalhadores sem ou com baixíssima escolaridade, no período de dez anos.

Já a proporção de trabalhadores com até sete anos de estudo diminuiu no mercado de trabalho goiano nos dois anos analisados. Em 1992 mais da metade dos ocupados, 56,8%, tinham entre um e sete anos de escola e, em 2001, esse percentual caiu para 48,3%. Um pequeno crescimento em números absolutos, ocorrido entre 1992 e 2001, concentrou-se entre os que possuíam mais de três e até sete anos de estudo, uma vez que a faixa menor de escolaridade também diminuiu (DIEESE-GO, 2003).

Essa pesquisa revela, também, que a proporção de mulheres no mercado de trabalho cresce à medida que aumenta o grau de escolaridade, tendência que se tornou mais acentuada nos últimos anos. Assim, estão em número maior do que os homens com mais de onze anos de estudo, ou seja, há mais ocupadas que chegaram a ingressar no curso superior que entre os trabalhadores do sexo masculino:

Em 1992 os homens com mais de doze anos de estudo somavam 158.057 ocupados e as mulheres respondiam por 147.633 ocupações, em 2001 a situação inverteu-se e os trabalhadores do sexo masculino ocupam 289.800 postos, enquanto as mulheres respondem por 301.904 vagas. (DIEESE-GO, 2003: 35)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a “distribuição das pessoas ocupadas por grupo de idade e sexo”, a referida pesquisa confirma as informações do levantamento da RAIS/MTE (2005) de que as faixas etárias que reúnem a maior proporção de ocupados são justamente aquelas que costumam ser chamadas de núcleo do mercado de trabalho: 25 a 29 anos; 30 a 39 anos; 40 a 49 anos e 20 a 24 anos. Distribuição que pouco se alterou entre 1992 e 2001, ainda que aponte para uma tendência de redução expressiva na parcela de menores ocupados<sup>19</sup> e de envelhecimento da força de trabalho. Assim temos, por exemplo, que “no intervalo de 20 a 49 anos, em 1992, encontravam-se 67,19% do total dos ocupados. Em 2001, a parcela que ela engloba cresceu para 73,54%” (DIEESE-GO, 2003: 35).

Quanto ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho, intenso entre 1992 e 2001, não implicou em maior presença feminina que masculina em qualquer faixa etária, ainda que sua participação recente seja maior que a verificada no ano inicial da pesquisa.

---

<sup>19</sup> “As dificuldades que os jovens enfrentam para obter uma colocação, a exigência de experiência anterior e de maior escolaridade, e o crescimento insuficiente do mercado de trabalho neste período explicam estas mudanças” (DIEESE-GO, 2003: 35).

Dessa forma temos que, no intervalo de 20 a 49 anos, por exemplo, os homens eram, ao princípio, 41,19% do total de ocupados, enquanto as mulheres constituíam apenas 26%. Na mesma faixa etária, ao final, os primeiros chegaram a 42,78%, enquanto o total delas atingiu 30,76% dos trabalhadores. Cabe ressaltar, ainda, que “nos dois períodos analisados, a maior proporção de homens e mulheres ocupados está na faixa de 30 a 39 anos, que concentrava, em 1992, 23,5% dos trabalhadores ocupados e em 2001, 26,8% do total (sendo 352.110 homens e 291.080 mulheres)” (DIEESE-GO, 2003: 35).

Para finalizar esta parte, ao analisar os “ocupados segundo o vínculo empregatício”, a pesquisa citada, através dos dados da PNAD, atenta para o fato de que mais da metade destes trabalham, em Goiás, na condição de empregados. Além disso, esse percentual teve um aumento no período de anos em que ela se realizou. Assim, temos que:

Em 1992, 50,80% do total de ocupados mantinham este tipo de vínculo. Em 2001, esse percentual subiu para 56,16%. O Trabalho doméstico (que respondia por 8,35% da ocupação e passou para 10,65%) e o trabalho por conta própria (que ocupava, em 1992, 20,94% dos trabalhadores e chegou, em 2001, a 21,02%), também aumentaram sua importância como geradores de postos de trabalho. (DIEESE-GO, 2003: 36-37)

Igualmente relevante é o dado que registra a redução no trabalho não-remunerado, que tinha uma participação de 7,82% em 1992 e passou a ter 4,43% em 2001, e o trabalho para consumo próprio, que no ano inicial da pesquisa envolvia 7% dos ocupados, passou a abarcar 2,89% no final. De acordo com o DIEESE-GO (2003: 37):

O primeiro caso pode indicar uma maior formalização dos contratos e ser conseqüência de maior fiscalização quanto a irregularidades trabalhistas bem como a regularização de empresas familiares. O segundo, presente predominantemente na área rural, reduziu-se acompanhando a diminuição do trabalho no campo, possivelmente resultado da concentração da propriedade da terra.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. A subjetividade do trabalhador frente à automação. In: NEDER, R. (Org.). *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 133-176.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.

ABREU, A. R. de P. et al. Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais do processo de “terceirização” em três regiões do país. *Relatório final do projeto, programa de pesquisa em ciência e tecnologia, qualificação e produção*. Rio de Janeiro: Cedes/Finep/PCDT-CNPq, 1998.

AGUIAR, M. do A. A. *Expansão capitalista e incorporação de novas áreas de Goiás*.

1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

AGUIAR, M. do A. A.; RIBEIRO, M. G. Flexibilização da produção e a propagação de redes. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Grupo de trabalho 29 – Trabalho, precarização e políticas públicas. Recife, 29 de maio a 1 de junho de 2007. Disponível em: [http://www.sbsociologia.com.br/congresso\\_v02/papers/GT29%20Trabalho,%20Precariza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/SBS2007.pdf](http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT29%20Trabalho,%20Precariza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/SBS2007.pdf). Acesso em: 10 jan. 2008.

ALBUQUERQUE, R. E. C. C. *Desenvolvimento Regional no Brasil*. n. 16. Brasília: Ipea, 1960.

ALENTEJANO, P. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. *Caderno Prudentino de Geografia* – Geografia e globalização – AGB, cidade, n. 18, jul. 1996.

ALMEIDA, P. H. de. *Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador*. Salvador: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente/Faculdade de Ciências Econômicas, 1999. (mimeo)

ALMEIDA, G. M. R. et al. Mercado de trabalho e migração no Centro-Oeste brasileiro. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro preto, Minas Gerais, Brasil, 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: < [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_TRB\\_PO61\\_Almeida\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_PO61_Almeida_texto.pdf) >. Acesso em 18 jan. 2008.

ALVES, E. L. G.; SOARES, F. *Ocupação e escolaridade: tendências recentes na Grande São Paulo*. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996.

ANTUNES, R. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

AZEVEDO, J. S. G. de. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 10, n. 1 p. 49-67, jun. 2000.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

BRESCIANI, L. *Tecnologia & Trabalho, Capacitação & Aprendizado: será que também dá samba?* Campinas: Instituto de Geociências/UNICAMP, 1997. (mimeo)

CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CARDOSO, A.; CARUSO, L. e CASTRO, N. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil?, *Contemporaneidade e Educação*, ano 2, n. 1, p. 7-23, mai. 1997.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In: HIRATA, G. (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Editora Senac, 2006. p. 47-125.

CARDOSO, F. H. Sobre la población relativa y marginalidad. *Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales*, Santiago de Chile, 1971.

CARDOSO JR, J. C. *Crise e desregulação do trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001.

CARRION, R. S. M. Reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho. *XVI Encontro da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração/ANPAD*, 1997, Rio de Janeiro, Águas Claras, 1997.

CARRION, R. S. M.; GARAY, A. B. S. O mercado de trabalho na indústria petroquímica gaúcha. *XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração*, 1997, Rio das Pedras. *Anais do XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração*, 1997.

CASTRO, N. de. Qualificação, mercados e processos de trabalho: estudo comparativo no complexo químico brasileiro. *Relatório final do subprojeto 7*. São Paulo, 1998.

CASTRO, N. de; DEDECCA, C. Flexibilidade e Precarização: tempos mais duros. In: \_\_\_\_\_. *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo, 1998. p. 9-19. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho)

CASTRO, S. S. de. Mudanças no uso do solo urbano no entorno da Feira Hippie em Goiânia-Go: o caso da Rua 44. *XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, 2002.

COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. In: LAVINAS, F. L. L. (Org.). *Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho*. Santiago: CEPAL, 2002. p. 11-30.

CORREA, E. A. L.; PINTO, J. V. C.; PAULA, F. M. de A. Subcentros Populares: o papel do Setor Campinas na dinâmica do espaço intra-urbano de Goiânia. *XIV Encontro Nacional de Geógrafos*, 2006, Rio Branco. CD-ROM do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, 2006.

COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*, Campinas, IE/UNICAMP, n. 1, p. 69-87, 1992.

DEDECCA, C. S. Desemprego e perspectivas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 26, n. 2, Porto Alegre, 1999.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 27, número especial, p. 65-84, 1997. Disponível em: <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/viewFile/523/233>. Acesso em: 20 jan. 2008.

DIEESE-GO – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Escritório Regional de Goiás. *Perfil do mercado de trabalho na década de 90 em Goiás*. 2003. Disponível em: < [http://www.dieese.org.br/esp/merformal\\_goiias.pdf](http://www.dieese.org.br/esp/merformal_goiias.pdf) >. Acesso em: 15 jan. 2008.

DUPAS, G. *Crise econômica e transição democrática*. São Paulo: Klaxon, 1986.

\_\_\_\_\_. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FEIGE, E. L. Defining and estimating underground and informal economies: the new institutional economics approach. *World Development*, v. 18, n. 7, p. 989-1002, 1990.

FERRER, F. *Reestruturação capitalista: caminhos e descaminhos da tecnologia da informação*. São Paulo: Moderna, 1998.

FLEURY, A. Análise a nível de empresa dos impactos da automação sobre a organização da produção e do trabalho. In: SOARES, R. M. de M. *Gestão de empresa: automação e competitividade*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

GERRY, C. Petty production and capitalist production in Dakar: the crisis of the self-employed. *World Development*, v. 6, n. 9/10, p. 1147-1160, out. 1978.

GITAHY, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, n. 8, p. 144-153, jan/mar. 1994-a.

\_\_\_\_\_. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação. In: GITAHY, L. (Org.). *Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina*. Campinas-SP: IG/UNICAMP/Buenos Aires: RED, 1994-b. p. 109-122.

GUIMARÃES, I. B. Participação familiar e trabalhadores informais. *Anais Eletrônicos do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2002, Ouro Preto-MG. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_TRB\\_ST2\\_Guimaraes\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST2_Guimaraes_texto.pdf)> e  
<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_TRB\\_ST2\\_Guimaraes\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST2_Guimaraes_texto.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2008.

GUIMARÃES, N. A. *Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34, 2004.

\_\_\_\_\_. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. *Departamento de Sociologia da USP*, p. 171-197, 2006. Disponível em: <[http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/arq12\\_Cap06.pdf](http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/arq12_Cap06.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2007.

GUIMARÃES, S.; AGIER, M.; CASTRO, N. A. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999*: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 32, 2000. 125p.

LAVINAS, F. L. L. Diferenciais de rendimento entre homens e mulheres nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro: S.P.I., 1998-a. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro: S.P.I., 1998-b. (mimeo).

LEFEBREV, H. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFORT, C. *As formas da história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEITE, A. T. B. *Precarização do trabalho – uma abordagem das desigualdades de gênero no mercado de trabalho de Goiânia*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

LEITE, M. P. Qualificação, desemprego e empregabilidade, *Perspectiva*, Fundação Seade, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 64-69, 1997.

\_\_\_\_\_. Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. In: MATTOSO, J. et al. *Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: MTb/CESIT/Scritta, 1994. p. 563-587.

LOMBARDI, M. *Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores*. São Paulo: UNICAMP, 1997. (mimeo)

LOMNITZ, L. Informal exchange networks in formal systems: a theoretical model. *American Anthropologist*, v. 90, n. 1, p. 42-55, 1988.

LOPES, E. A. de B. e. *Relatório de pesquisa quantitativa sobre a informalidade na região central de Goiânia* – Nov. 2006/Mar. 2007.

MAIA, A. G. Perfil do Desemprego no Brasil nos Anos 2000. *Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho: Política Econômica e Mercado de Trabalho - 2000/2006*, n. 6, p. 15-23, mai./ago. 2007.

\_\_\_\_\_. et al. *Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: MTb/CESIT/Scritta, 1994.

MIRANDA, T. G. *Movimentos populares em Goiânia: um estudo das características tipológicas das AMS*. Relatório Impresso. Goiânia: Gráfica da UCG, 1990. p. 1-93.

NUNES, C. G. F. e SORIA, A. L. Crise Econômica e Crise na Cultura do Trabalho, *Sociedade e Estado*, Revista Semestral de Sociologia, v. XI, n. 2, jul.-dez. 1996. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1996.

RIZEK, C. S.; LEITE, M. P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 10, p. 281-308, 1998.

SANTOS, N. dos. *Desenvolvimento capitalista e modificações nas relações de trabalho no campo em Goiás – 1970-1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em Transe. (Re)divisão Territorial do Trabalho e Redefinições de Funções na Agricultura (Perspectivas para o século XXI). *Seminário Geografia 2001*. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 1998.

VARGAS, F. E. B. Desemprego feminino: vulnerabilidade e invisibilidade nas trajetórias de trabalho. *30º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 24 a 28 de outubro de 2006.